

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS OEIRAS
ESPECIALIZAÇÃO EM EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO



JOSINEIDE DA SILVA MARTINS

EVIDENCIAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

OEIRAS

2024

JOSINEIDE DA SILVA MARTINS

EVIDENCIAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Especialização em Empreendedorismo e Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Oeiras.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Soares da Silva.

OEIRAS

2024

EVIDENCIAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Josineide da Silva Martins¹

Thiago Soares da Silva²

RESUMO

O ambiente organizacional está cada vez mais competitivo, nessa corrida as organizações têm buscado diferenciar-se não se limitando apenas a ativos convencionais como recursos e capital fazendo cada vez mais o uso dos intangíveis como fonte de vantagem competitiva. Este estudo tem como objetivo analisar as abordagens, uso e perspectiva no cenário brasileiro sobre a evidenciação dos intangíveis, para alcance deste foi selecionado portfólio bibliográfico caracterizando a pesquisa como qualitativa, descritiva e documental, pois utiliza-se de dados secundários que foram obtidos por meio de análise de artigos publicado na CAPES no período de 2014 a 2024 que abordaram os intangíveis com base no CPC 04. Os principais achados da pesquisa permitiram identificar que nenhum dos estudos analisados as empresas atenderam a todos os critérios requeridos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil, confirmando a hipótese elencada nesse estudo que relata que apesar de as empresas usarem e beneficiar-se dos ativos imateriais a cultura brasileira ainda não influi para a evidenciação nas demonstrações como forma de informar os stakeholders, mas apenas para cumprir regras contábeis.

Palavras-chave: Ativos Intangíveis; CPC 04; Evidenciação.

ABSTRACT

The organizational environment is increasingly competitive, in this race organizations have sought to differentiate themselves by not limiting themselves to conventional assets such as resources and capital, increasingly using intangibles as a source of competitive advantage. This study aims to analyze the approaches, use and perspective in the Brazilian scenario on the disclosure of intangibles. To achieve this, a bibliographic portfolio was selected characterizing the research as qualitative, descriptive and documentary, as it uses secondary data that were obtained through of analysis of articles published in CAPES in the period from 2014 to 2024 that addressed intangibles based on CPC 04. The main findings of the research allowed us to identify that none of the studies analyzed companies met all the criteria required by the Accounting Pronouncement Committee, confirming the hypothesis listed in this study which reports that although companies use and benefit from intangible assets, Brazilian culture still does not influence disclosure in statements as a way of informing stakeholders, but only to comply with accounting rules

Keywords: Intangible assets; CPC 04; Disclosure.

Data de aprovação: 13/07/2024

¹ Josineide da Silva Martins, Bacharel em Administração, Josineide.martins20@outlook.com

² Tiago Soares da Silva: Doutor em Ciência da Propriedade Intelectual, Professor do Instituto Federal do Piauí - Campus Valença, tiago@ifpi.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O ambiente organizacional está cada vez mais competitivo, as organizações têm buscado diferenciar-se das demais, não se limitando apenas a ativos convencionais como recursos e capital. Silveira *et al.* (2017) explica que uma das mudanças no cenário de atuação das empresas na era da informação e do conhecimento é o destaque dos ativos intangíveis como fonte de vantagem competitiva e potencialização dos resultados através de fatores emergentes que acompanham o desenvolvimento acelerado de mercado como os intangíveis.

Nesse sentido, Souza *et al.* (2020) afirmam que o cenário atual apresenta uma economia mundial baseada em ativos intangíveis e que estes dispõem de maior potencial de geração de valor que os tangíveis. No entanto, para que alcance esse desenvolvimento, é necessária a adequada evidenciação dos incorpóreos a fim de que as entidades reflitam sua situação real, evidenciando seus resultados para que a administração e investidores possam tomar decisões baseadas nestas informações(Dionísio, 2016).

A modernização constante, a necessidade de desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços requer aprimoramento contínuo e atualização tecnológica, consequentemente uso de ativos imateriais. com isso, as empresas têm aumentado o investimento dos seus recursos nos incorpóreos e esses investimentos decorrem de obrigações com aquisição, manutenção e aprimoramento dos ativos intangíveis, por consequência disto, procuram divulgar com mais transparência suas informações, visando gerar mais confiança para seus investidores (Oro; Klan, 2015).

Magro, Silva, Padilha, e Klann (2018) afirmam que a ampla adoção de novas tecnologias da informação faz com que a importância do ativo intangível aumente, sendo, assim, necessárias mais informações relevantes para os investidores no momento da tomada de decisão.

A relevância de investimentos em intangíveis foi provocada pela (i) globalização do comércio e desregulamentação de setores-chave da economia e (ii) pelo advento das tecnologias de informação, o quais, passaram a considerar componentes intangíveis como impulsionadores do valor dos negócios(Silveira *et al.* 2023).

Nascimento *et al.* (2012) explicam que os ativos intangíveis podem se comportarem de maneira diferente em cada tipo de setor. No entanto, Souza e Santos (2023) explicam que valorar ativos nem sempre é uma atividade das mais fáceis, sobretudo quando se trata de ativos intangíveis relacionados à propriedade intelectual, dada a sua subjetividade de avaliação e os segredos contratuais que geralmente o protegem. Mas o desempenho das organizações depende da estratégia de uso e evidenciação das companhias que os detêm.

Ativos intangíveis, como marcas, patentes, concessões públicas e capital intelectual, por exemplo, são ativos singulares, cujas características únicas permitem a diferenciação entre as empresas e a obtenção de vantagens competitivas (Perez; Famá, 2006). Assim, surge o seguinte problema de pesquisa: como as empresas têm se utilizado desses ativos para tornar sua organização mais competitivas, e melhorar seus resultados financeiros e operacionais?

Com isso, o objetivo deste estudo consiste em **analisar as abordagens, uso e perspectiva no cenário brasileiro sobre a evidenciação dos intangíveis**. Para tanto foi delineado os seguintes objetivos específicos, a seguir: Analisar as principais publicações sobre a evidenciação de intangíveis no contexto brasileiro e desenvolver uma nuvem de palavras que retratam os intangíveis no Brasil .

A justificativa para a realização desta pesquisa se dá pela relevância dos intangíveis ao considerar seu espaço na economia moderna, principalmente, quando aborda o tema sob diferentes formas e em diferentes setores. Ademais, contribui para o meio acadêmico e corporativo, no sentido de destacar as abordagens de avaliação mais citadas na literatura, que auxiliam na mensuração e administração dos intangíveis, levantando suas categorias e enquadramentos. Uma vez que o estudo das inovações emergentes tem se feito necessário para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Quanto ao âmbito prático, é importante observar como as empresas brasileiras têm lido com o capital intelectual e como tem apresentado essas informações aos tomadores de decisões, investidores e partes relacionadas. Souza *et al.* (2020) afirmam que uma melhor divulgação dos dados contribui com o sucesso, tanto da empresa que os divulga quanto dos usuários pela segurança e boas perspectivas de investir em empresas que buscam evoluir tecnologicamente, propiciando o crescimento da economia em geral.

O presente artigo se estrutura em cinco seções. Primeiramente esta, de caráter introdutório. Em seguida, apresenta-se a revisão da literatura e, na terceira seção, aborda-se a metodologia da pesquisa. Na quarta seção apresentam-se os resultados e, por fim, as considerações finais, na quinta seção, seguida das referências utilizadas.

2 Intangibilidade dos ativos

Segundo o Comitê de Pronunciamento Contábil (2010) ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados, estes ainda podem ser classificados como tangível e intangível.

O ativo é classificado como um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados, podendo ser ele tangível ou intangível. Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física e são controláveis e geradores de benefícios econômicos futuros. Ao contrário dos ativos tangíveis, os intangíveis são muito difíceis de serem copiados e praticamente impossíveis de serem imitados. Estes bens e direitos geralmente estão direcionados à atividade da organização na qual está evidenciado (Carmeli, 2001; CPC 04, 2010).

Brooking (1996) classifica os ativos em quatro grupos de ativos intangíveis sendo: I) ativos de mercado tais como: marca, relacionamento com clientes, e canais de distribuição; II) ativos humanos que se refere a criatividade e conhecimento dos colaboradores; III) ativos de propriedade intelectual tais como: patentes, *know how* e marcas; e IV) ativos de infraestrutura que representa tecnologias, softwares, métodos e processos desenvolvidos.

Os ativos intangíveis têm se tornado um diferencial para as organizações. Nessa perspectiva, Silva, Ferreira e Maragno (2017) reconhecem que os ativos intangíveis impactam diretamente os saldos das empresas e que afetam continuamente os lucros, pois criam valor de forma isolada. O agrupamento destes ativos é essencial para a geração de valor e as organizações não devem se limitar apenas aos recursos materiais, dado que ativos tangíveis e intangíveis trabalham em atuação conjunta em seu favor, tornando-as mais eficientes (Dionizio; Dagostine; Muisal, 2020).

Os ativos intangíveis são de grande importância para as entidades e que se faz necessário percorrer um longo caminho no que tange a identificação e mensuração desses ativos. cita como exemplos de ativos intangíveis os softwares, as patentes, os direitos autorais, as listas de clientes, as franquias, os relacionamentos com clientes ou fornecedores, a fidelidade de clientes, a participação no mercado e os direitos de comercialização (Freire, Albuquerque Filho e Macedo, 2018).

Nesse sentido, em seus estudos Ritta, Cunha e Klann (2017) explicam que os ativos

intangíveis mais usualmente reconhecidos nos balanços patrimoniais são marcas, softwares, licenças e franquias, concessões, receitas, fórmulas, modelos, projetos e protótipos desenvolvido pela organização detentora do ativo. O Quadro 1 apresentará as características desses incorpóreos.

Quadro 1 - Ativos Intangíveis e suas características

ATIVOS	CARACTERÍSTICAS
SOFTWARE	Sistema lógico que processa dados de acordo com instruções programadas.
MARCA	Símbolo, termo ou nome que identifica um produto ou empreendimento comercialmente.
LICENÇAS E FRANQUIAS	Direito concedido a terceiros, para o uso comercial de produtos e serviços ou exploração de recursos naturais ou públicos.
RECEITAS, FÓRMULAS, MODELOS, PROJETOS E PROTÓTIPOS	São elementos controlados pela empresa capazes de gerar benefícios futuros.
ATIVOS INTANGÍVEIS EM DESENVOLVIMENTO	Gastos incorridos que possuem capacidade de benefícios futuros, na geração de novos conhecimentos, produtos ou serviços.
GOODWILL (ÁGIO POR EXPECTATIVA DE RENTABILIDADE FUTURA)	Compra vantajosa de uma combinação de negócios, ágio por expectativa de rentabilidade futura.
TÍTULOS DE PERIÓDICO	Publicações eletrônicas e/ou impressas, que ocorrem em determinados intervalos de tempo
DIREITOS AUTORAIS, CONCESSÕES, PATENTES E OUTROS DIREITOS DE PROPRIEDADE	Direito passível de controle e exploração industrial, operacional ou de serviço que gera benefícios incrementais futuros.

Fonte: Adaptado de Riitta, Cunha e Klann (2017)

Dionízio, Dagostine e Musial (2020) salientam que os ativos intangíveis estão ganhando espaço frente aos ativos tangíveis, pois são considerados um potencial de competitividade empresarial. Seu reconhecimento e mensuração demonstram aos investidores que a empresa tem noção do devido valor destes recursos, melhorando a qualidade da informação contábil disponibilizada aos usuários. A correta evidenciação faz refletir a situação real da entidade, mostrando claramente seus resultados para a administração e investidores que necessitam dessas informações para a tomada de decisão (Dionízio, 2016).

Ademais, os ativos intangíveis possuem características positivas, pois podem adequar-se para vários usos concomitantemente, servir simultaneamente como entradas e saídas de atividades organizacionais e serem úteis para mais de uma organização, influenciando-as em seus negócios (Andonava; Ruiz-Paiva, 2016).

Por fim, é importante destacar que os ativos intangíveis mais usualmente reconhecidos nos balanços patrimoniais são marcas, softwares, licenças e franquias, concessões, receitas, fórmulas, modelos, projetos e protótipos desenvolvidos pela organização detentora do ativo (Ritta; Cunha; klann, 2017).

2.1 EVIDENCIAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis como conhecimento, informação e experiência, estimulam grandes possibilidades de crescimento a longo prazo. Ademais, são fatores que influenciam a rentabilidade das organizações, pois possuem um valor diferenciado no que tange ao desenvolvimento e diferenciação em relação à competitividade no mercado (Tsai *et al.*, 2016).

Dionízio, Dagostine e Musial (2020) em seu estudo, enfatizam que as constantes mudanças no ambiente empresarial e no cenário mundial em razão da globalização têm levado as empresas a investirem mais nas áreas de informação, pesquisa e conhecimento, fato que elevou os ativos intangíveis a outro patamar de importância nas entidades. No entanto, os intangíveis só podem e devem ser evidenciados nas demonstrações contábeis se obedecerem regras que estão disponíveis no Comitê de Pronunciamento Contábil, em especial, o CPC 04 que estabelece que uma entidade deve reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios especificados neste Pronunciamento forem atendidos.

O quadro abaixo apresenta os critérios de divulgação indicados pelo CPC 04.

Quadro 2 – Critérios de divulgação do CPC 04

Nº	Critérios CPC 04
1	Identificação da vida útil definida ou indefinida
2	Se definida, os prazos de vida útil ou taxas de amortização utilizados.
3	Se definida, os métodos de amortização utilizados.
4	Valor contábil bruto e eventual amortização acumulada no início e no fim do período.
5	Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização for incluída.
6	Conciliação do valor contábil no início e no fim do período.
7	Informações sobre adições do ativo.
8	Informações de ativos classificados como mantidos para venda.
9	Informações sobre realizações de teste de <i>impairment</i> e constituição da provisão para perda, quando cabível.
10	Separado por classe de ativos.
11	Fatores importantes que levaram a definição de vida útil definido
12	Descrição, o valor contábil e o prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual.
13	Total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período

Fonte: dados da pesquisa(2024).

A partir do quadro 2, Silva, Ferreira e Maragno (2017) em seus estudos desenvolveu um nível de evidenciação para as empresas, depois de respondido o check list observa a porcentagem de quantos itens foram atendidos e classifica as empresas conforme descrito na Tabela 1, abaixo:

Tabela 1- Nível de evidenciação das empresas

Pontuação obtida por empresas	Nível de evidenciação
0 a 25%	Baixo
25,01 a 50%	Médio/baixo
50,01 a 75%	Médio/alto
71,01 a 100%	Alto

Fonte: Silva, Ferreira e Maragno (2017)

A partir dessa tabela autores como Souza *et al.* (2020), Dionizio Dagostine e Musial (2020), De Sá (2023) e Toledo (2022) classificaram o nível de evidenciação das empresas analisadas.

Atendidos os critérios estabelecidos pelo CPC 04, os intangíveis são evidenciados e se tornam importantes para as empresas e seus usuários prezando pela transparência. Assim, os usuários irão manter um conhecimento e acompanhar se as informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com a legislação, reduzindo, dessa forma, o risco de irregularidades e fraudes e aumentando a confiança(Dias *et al.*, 2020).

2.2 ESTUDOS ANTERIORES

Os ativos intangíveis tem sido tema emergente em estudos, dado sua importância para as organizações e necessidade de entendimento e uso destes. Casimiro *et al.*(2018) em seu estudo confirmou a existência e verificou a intensidade dos tipos de ativos intangíveis nas empresas da cadeia produtiva da soja no Paraná, Da silva *et al.*,(2017) verificou que os ativos intangíveis e ações derivadas destes apresentam impacto e associações com os lucros brutos e valores de mercado das empresas.

Nesse sentido, Almeida, Luca e Diógenes (2015) afirmam a partir de suas pesquisas que as empresas com maior grau de intangibilidade criam mais valor. No que tange a evidenciação, Moura *et al.*(2019) em seu estudo sobre a influência da competitividade no nível de intangibilidade das companhias abertas listadas na B3, entre 2010 e 2016, identificou que à destacaram-se positivamente nas companhias do setor de bens industriais e negativamente as dos setores financeiro e de materiais básicos na evidenciação. Dionízio (2016) em análise de 38 empresas listadas no Novo Mercado, encontrou uma média de 94,81% de evidenciação de intangíveis, Souza (2019) identificou resultados similares em seu estudo sobre evidenciação de ativos intangíveis no Setor de Tecnologia da Informação com uma média alta de evidenciação dos incorpóreos, enquanto Chiarello *et al.* (2015) avaliaram o nível de divulgação de informações relativas a ativos intangíveis em empresas do setor Financeiro e Outros listadas na BM&FBovespa, entre os anos 2010 e 2012 e identificaram uma baixa divulgação dos intangíveis.

Assim, a partir da análise de estudos anteriores sobre uso e evidenciação dos intangíveis propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa: que apesar de as empresas usarem e beneficiar-se dos ativos imateriais a cultura brasileira ainda não influi para a evidenciação nas demonstrações como forma de informar os stakeholders, mas apenas para cumprir regras contábeis.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção será exposto os aspectos relacionados ao enquadramento metodológico da pesquisa como população e instrumento para coleta de dados.

3.1 Enquadramento Metodológico

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, pois envolve interesses práticos, com o intuito de gerar conhecimentos para aplicação prática para a solução de problemas e, notadamente, para a evidencição dos ativos intangíveis e no que tange à abordagem do problema (Otani & Fialho, 2011).

O estudo caracteriza-se como qualitativo uma vez que não quantifica, mas busca entender aspectos subjetivos a partir de publicações de estudos, especialmente como as empresas brasileiras têm evidenciado os ativos intangíveis observando até que ponto são divulgados em um curto espaço de tempo.

Quanto ao enquadramento metodológico, no que se refere aos objetivos, o estudo caracteriza-se como exploratório-descritivo, pois, se propôs a selecionar trabalhos acadêmicos para familiarização com o tema ativo intangível, e classifica-se como descritivo por descrever as características encontradas dentro da área de interesse, ainda esclarece e descreve de maneira abrangente um assunto já pesquisado descrevendo as características de um grupo estipulado (Gil, 2009).

3.2 Procedimentos para coleta dos dados

Para alcance do objetivo desta pesquisa, fez-se a seleção do portfólio bibliográfico que permite reunir um banco de dados relacionados com tema, caracterizando a pesquisa como documental, pois utiliza-se de dados secundários que foram obtidos por meio de análise de artigos, monografias e demais publicações científicas. Para levantamento dos trabalhos similares a esta pesquisa, foi feita uma revisão da literatura nos últimos 10 anos sobre o tema. Para levantamento dos dados utilizou-se o procedimento de pesquisa bibliográfica, para desenvolvimento do artigo, buscou-se, na base de dados CAPES, trabalhos já realizados e revestidos de importância, sobre ativos intangíveis.

3.3 População e Amostra

A população deste estudo se caracterizou em 33 trabalhos acadêmicos encontrados na base de dados CAPES, a partir da busca das palavras chaves: Evidencição e ativo intangível. A partir desse achado foi lido os resumos e a partir disso selecionando os que se baseiam nos objetivos dessa pesquisa, artigos em português e completos, empresas pertencentes e atuantes no Brasil, no intervalo de tempo entre 2014 e 2024, e trabalhos que tem como base para a evidencição o CPC 04.

A amostra consolidou-se em 10 artigos, publicados em revista sobre a evidencição de ativos intangíveis em diferentes setores da economia buscando as informações necessárias para o alcance dos objetivos da pesquisa, que é analisar o uso, perspectivas e abordagens das empresas para com os intangíveis.

4 RESULTADOS

Os ativos intangíveis é tema frequente e emergente no cenário brasileiro dado sua importância tanto econômica quanto estratégica. E através de pesquisa encontrou diversos estudos que demonstram como as empresas têm buscado evidenciá-los. Como filtro foi utilizado o período compreendido entre 2014 a 2024, com busca na plataforma CAPES, estudos que se aplicam a empresas brasileiras e tem como base o CPC 04. Foram lidos e excluídos os que não se aplicavam ao objetivo deste estudo, a seguir os principais estudos sobre a Evidenciação de intangíveis no Brasil.

Quadro 3- principais estudos sobre a Evidenciação de intangíveis no Brasil

AUTORES	TÍTULO	ANO
Klann <i>et al.</i>	FATORES RELACIONADOS AO NÍVEL DE DIVULGAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS APÓS A ADOÇÃO DAS IFRS POR EMPRESAS DO IGC DA BM&FBOVESPA	2024
Harau	EVIDENCIAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS INFLUÊNCIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA EM EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA B3	2023
Rebouças <i>et al.</i>	DISCLOSURE DE ATIVOS INTANGÍVEIS E SUA RELAÇÃO COM O VALOR DE MERCADO NO SETOR DE UTILIDADE PÚBLICA	2020
Durso e Herculano	NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS IMOBILIZADOS E INTANGÍVEIS DE BANCOS LISTADOS NA B3	2020
Dionizio, Dagostine e Musial	EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS EMPRESAS LISTADAS NO NOVO MERCADO DA B3 EM CONFORMIDADE COM CPC 04 (R1)	2020
Souza <i>et al.</i>	EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS PELAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA B3	2019
Ventura, Pacheco e Rover	NÍVEL DE COMPARABILIDADE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS COMPANHIAS BRASILEIRAS DO SEGMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA LISTADAS NA B3	2019
Barsch e Souza	CARACTERÍSTICAS DA EVIDENCIAÇÃO DA FASE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NAS COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS	2018
Reis <i>et al.</i>	EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS PELAS EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA ENTRE 2006 E 2012.	2016
Moura, Varela e Beurem	CONFORMIDADE DO DISCLOSURE OBRIGATÓRIO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	2014

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Klann *et al.* (2024) verificaram os fatores que influenciam o nível de divulgação de informações sobre ativos intangíveis nas empresas listadas no Índice de Governança Corporativa (IGC) da BM&FBovespa, o estudo compõe uma amostra é composta das 125 empresas não financeiras. A análise inicialmente pautou-se nas Notas Explicativas e nos Relatórios de Administração divulgados no ano de 2011. Os resultados apontam que dos fatores analisados apenas as variáveis referentes ao nível de governança corporativa, percentual de ações ordinárias e a classificação setorial das empresas possuem uma relação significativa com o nível de evidenciação de ativos intangíveis das listadas no IGC.

Harau (2023) analisou a relação entre a conformidade dos ativos intangíveis evidenciado pelas empresas de tecnologia da informação negociadas na B3, com práticas de governança corporativa, o estudo abrangeu o intervalo de tempo entre 2010 e 2020 avaliando 16 empresas que compõem o setor. Os achados foram que o nível de governança influencia diretamente na evidenciação, e a média de evidenciação ao longo dos anos foi de 63%, relativamente baixa e que apenas uma das empresas a SINGUIA apresentou uma média para 84,40 % de todos itens. O item que as empresas apresentaram maior conformidade foi a separação dos ativos em classes, sendo divulgado por todas. Ademais, observou um decréscimo na média anual do nível de conformidade das empresas da amostra, dessa forma não resultando em nenhum tipo de evolução na evidenciação em relação aos intangíveis, ao longo do período de 11 anos analisados.

Rebouças *et al.* (2020) analisaram a influência do disclosure de intangíveis no valor de mercado das empresas de utilidade pública da B3, a amostra compôs 47 empresas do setor de utilidade pública, sendo analisadas as demonstrações contábeis do ano de 2010 a 2017. Observou-se que, dentre as 47 empresas componentes da amostra, nenhuma divulgou todos os itens em conformidade com as informações requeridas revelando que a evidenciação dos intangíveis nas demonstrações financeiras padronizadas das empresas de utilidade pública ainda não estão em plena consonância com as exigências do CPC 04 (R1).

Durso e Herculano (2020) buscarão identificar de que forma os principais bancos no Brasil estão divulgando as informações sobre os ativos imobilizados e intangíveis ao mercado, a partir disso desenvolveram o índice tolerante e rigoroso com base em leis para demonstrações deste. Foram analisadas as demonstrações contábeis de 2017 das 26 instituições financeiras listadas na B3 e classificadas como Banco, como resultado identificou-se que as entidades pertencentes a algum dos níveis de governança corporativa da B3 apresentam melhor evidenciação, tanto para o intangível quanto para o imobilizado. O índice médio tolerante de evidenciação dos intangíveis ficou em 82,69% considerado como ótimo pela classificação usada pelos autores, para o mais exigente, a média para o índice rigoroso para o intangível, 36,61%. Esses resultados colocam o índice de evidenciação dos bancos como Regular para o ativo intangível, das 26 empresas 9 apresentaram um índice classificado como Ótimo, 12 como Bom e 4 como Regular ou Ruim.

Dionizio, Dagostine e Musial(2020) observaram em seu estudo o nível de evidenciação dos ativos intangíveis das empresas listadas no segmento Novo Mercado da B3, em conformidade com o disposto no CPC 04 (R1), no ano de 2017. Os achados demonstram que o setor que mais evidenciou itens foi o setor de Bens Industriais, alcançando um percentual médio de evidenciação de 80,48% não alcançando os 100%. Observou ainda que ao averiguar a evidenciação por item analisado do checklist, constatou-se que nenhum dos itens obteve 100% de evidenciação, revelando uma possível dificuldade na interpretação e divulgação das informações contábeis relativas aos ativos intangíveis. no entanto, mais da metade das empresas pesquisadas enquadram-se num nível considerado alto, indicado pelo percentual de 53,45% alcançado na análise, também foi constatado que 35,54% das empresas estão num nível considerado médio/alto e que aproximadamente 12% das empresas estão num nível considerado baixo ou médio/baixo.

Souza *et. al* (2019) verificaram o nível de evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas do setor de Tecnologia da Informação listadas na B3 com relação aos critérios de divulgação exigidos pelo CPC 04, durante o período de 2010 a 2017 com um total de 7 empresas participantes de dois grupos: computadores e equipamentos e programas e serviços. Observou-se que as empresas evidenciaram, em média, 81,72% dos itens exigidos durante os anos analisados, uma alta evidenciação. Destaca-se aqui a relevância do setor de Tecnologia da Informação, bem como a representatividade dos ativos intangíveis dessas empresas perante seus ativos totais. Mesmo a empresa que obteve uma menor média de evidência, ainda assim apresentou nível de evidenciação superior a 50%.

Ventura, Pacheco e Rover (2019) verificaram o nível de comparabilidade dos ativos intangíveis das empresas listadas na B3 no período de 2013 a 2016. Utilizaram-se de uma amostra de 43 empresas do segmento de energia elétrica do Brasil. A análise da pesquisa foi dividida nas etapas de reconhecimento, mensuração e evidenciação com base no cpc 04. Sobre reconhecimento foi verificado que cerca de 87% das empresas que compõem a amostra reconhecem os ativos intangíveis em seus balanços patrimoniais, no que tange a mensuração foi identificado altas discrepâncias entre valores de ativos das empresas, o método de avaliação predominante é o valor de custo. No que se refere à evidenciação dos ativos intangíveis, a classe dominante é a de licenças e concessões devido à característica do segmento. Das 47 empresas que compõem a amostra, apenas uma não possui ativo intangível com vida útil definida.

Barsch e Souza (2018) em seus estudos buscaram identificar as características da evidenciação dos intangíveis na fase de pesquisa e desenvolvimento nas companhias de capital aberto brasileiras, a amostra do estudo corresponde a 36 companhias. Para alcançar o objetivo proposto, utilizou-se uma Lista de Verificação com base nos requisitos estabelecidos pelo CPC 04 (R1). Os resultados demonstraram que a média do nível de evidência das companhias foi 24,31% no geral, englobando todos os setores, o que reflete a evidenciação dos gastos com intangíveis gerados internamente ainda é baixa no Brasil. O setor de Tecnologia da Informação apresentou o maior percentual de evidenciação em relação à divulgação dos gastos com pesquisa, sendo 66,67%. As companhias que compuseram a amostra deste estudo pouco divulgaram informações a respeito dos detalhamentos e composições dos gastos com pesquisa e desenvolvimento de intangível gerado internamente.

Reis *et al.* (2016) verificaram como as empresas evidenciaram os ativos intangíveis antes da criação do cpc 04 e se ocorreram mudanças quanto a isso e buscou verificar se haveria diferença no nível de evidenciação, de acordo com o nível de governança corporativa. A população foi composta por 66 companhias de energia elétrica listadas na bm&fbovespa, com uma amostra de 17 empresas participantes dos níveis de gc. utilizou-se como base o check-list cpc 04, a fim de determinar o atendimento ou não destes itens. os achados apontaram que, em 2006, já havia indícios de evidenciação dos ativos intangíveis, em que apresentavam informações de 9 itens do check-list. No ano de 2009, torna-se expressivo o nível de evidenciação. Já em 2012, é possível visualizar maior aderência pelas empresas, devido ao intervalo de tempo para adequação. Apurou-se que as empresas, após a criação do cpc 04, passaram a aderir suas recomendações, aumentando o nível de transparência de suas demonstrações. Os itens que foram atendidos com maior frequência nas demonstrações são: Vida útil definida; Total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período. Pode-se concluir também que o nível de evidenciação está condicionado à segmentação de governança corporativa devido à exigibilidade de informações competentes a cada nível.

Moura, Varela e Beuren (2014) verificaram as empresas com maiores proporções de ativos intangíveis no ativo total e melhores práticas de governança corporativa, em 260 empresas de seis setores econômicos da BM & FBovespa no ano de 2009. O índice de

conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis foi baseado no CPC 04 e os resultados no nível de evidenciação de informações sobre intangíveis, um índice médio de 75%. Observou-se também que empresas com maiores proporções de ativos intangíveis no ativo total e melhores práticas de governança corporativa apresentam maior conformidade com a evidenciação conforme o check list do CPC 04, revelando uma correlação positiva entre ambas.

A partir das palavras chaves dos resumos foi desenvolvida uma nuvem de palavras, evidenciando os principais termos ao se tratar dos intangíveis no Brasil.

Quadro 4- Nuvem de Palavras sobre Evidenciação de intangíveis



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as principais abordagens sobre a evidenciação de intangíveis no cenário brasileiro no período compreendido entre 2014 a 2024, a partir de trabalhos publicados na CAPES e que tinham como base para análise da evidenciação o CPC 04. Considerando o objetivo delineado, os principais achados da pesquisa permitiram identificar que nenhum dos estudos analisados demonstrou que as empresas atenderam a todos os critérios requeridos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil, confirmando a hipótese elencada nesse estudo que relata que apesar de as empresas usarem e beneficiar-se dos ativos imateriais a cultura brasileira ainda não influi para a evidenciação nas demonstrações como forma de informar os stakeholders, mas apenas para cumprir regras contábeis.

Ademais, foi possível observar uma correlação positiva no que tange a evidenciação de intangíveis e o índice governança corporativa. Os principais itens evidenciados foram: Vida útil definida; Separação dos ativos em classe e Total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período. No que tange o total de gastos com

pesquisas observou pouco detalhamentos e composições dos gastos com pesquisa e desenvolvimento de intangível gerado internamente.

Como limitação desta pesquisa, destaca-se a própria delimitação considerada, que consistiu em estudar apenas o cenário brasileiro, o que implicou em um número reduzido de estudos analisados. Com base nisso, sugere-se a realização de novas pesquisas acerca da evidenciação dos ativos intangíveis, incluindo também um setor específico, de modo que possam ser estabelecidas comparações, abrindo margem até para a utilização de ferramentas estatísticas, podendo agregar outras perspectivas metodológicas no estudo do tema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, TATIANA AQUINO; LUCA, MMM de; GÓIS, ALAN DIÓGENES. **Ativos Intangíveis e Criação de Valor: Um Estudo Nas Companhias Listadas Na BM & FBovespa**. 2015.

ANDONOVA, V.; RUÍZ-PAVA, G. The role of industry factors and intangible assets in company performance in Colombia. **Journal of Business Research**, v. 69, i. 10, p. 4377-4384, 2016.

BARSCH, L. dos S.; DE SOUZA, M. M. Características da Evidenciação da Fase de Pesquisa e Desenvolvimento de Ativos Intangíveis nas Companhias de Capital Aberto Brasileiras. **Revista de Contabilidade da UFBA**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 137–156, 2018. DOI:10.9771/rc-ufba.v12i1.21422. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/21422>. Acesso em: 11 jun. 2024.

BROOKING, Annie. **“Intellectual Capital: Core Asset for the Third Millennium Enterprise”**. Boston: Thomson Publishing Inc., 1996.

CARMELI, A. High-and low-performance firms: do they have different profiles of perceived core intangible resources and business environment?. **Technovation**, v. 21, n. 10, p. 661-671, 2001.

CASIMIRO, Leonardo Alves de Oliveira, et al. Ativos intangíveis na cadeia produtiva da soja: Estudo de caso na região oeste do Paraná. In: XXI SemeAd -Seminários em Administração, 2018, São Paulo/SP. **Anais do XXI SemeAd**, 2018. p. 1973-1990.

CPC. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1): Ativos Intangíveis**. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. 2010.

DA SILVA, Patricia Brandao Barbosa et al. ativos intangíveis: análise das empresas dos setores de agricultura e indústria de açúcar e derivados. In: **ENPI-Encontro Nacional de Propriedade Intelectual**. 2017.

DE SÁ, Célio Beserra. Disclosure da amortização de ativos intangíveis: um estudo da conformidade nas empresas de ti listadas na b3. **REVISTA FOCO**, v. 16, n. 6, p. e2261-e2261, 2023.

DIAS, Daiane Souza et al. Evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas de Tecnologia da Informação da B3. **Race: revista de administração, contabilidade e economia**, v. 19, n. 2, p. 317-334, 2020.

DIONÍZIO, C. L. R. Evidenciação dos ativos intangíveis de empresas brasileiras listadas na BM & FBOVESPA à luz do CPC 04 (R1). **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)**, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016.

DIONÍZIO, C. L. R.; DAGOSTINI, L.; MUSIAL, N. T. K. Evidenciação dos Ativos Intangíveis das Empresas Listadas no Novo Mercado da B3 em conformidade com o CPC 04 (R1). **Revista Gestão Organizacional**, v. 13, n. 2, p. 142-161, 2020.

FREIRE, M. M. A.; ALBUQUERQUE FILHO, A. R.; MACEDO, F. F. R. R. Intangibilidade,

competitividade e governança corporativa: estudo nas companhias listadas na Brasil Bolsa Balcão (B3). In: Congresso ANPCONT, 12., João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPCONT, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HARUO NITATORI RODRIGUES LOURENÇO, V. EVIDENCIAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS: INFLUÊNCIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA EM EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA B3. **Revista de Contabilidade da UFBA**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. e2141, 2023. DOI: 10.9771/rcufba.v16i1.54919. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/54919>. Acesso em: 1 jun. 2024.

KLANN, R. C.; POPIK, F.; KREUZBERG, F.; SALLA, N. G. Fatores Relacionados ao Nível de Divulgação de Ativos Intangíveis após a Adoção das IFRS por Empresas do IGC da BM&FBOVESPA. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, [S. l.], v. 13, n. 38, p. p. 37–51, 2024. DOI: 10.16930/2237-7662/rccc.v13n38p37-51. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2028>. Acesso em: 14 jun. 2024.

Moura, G. D. de ., Varella, P. S., & Beuren, I. M.. (2014). Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa. RAM. Revista De Administração Mackenzie, 15(5), 140–170. <https://doi.org/10.1590/1678-69712014/administracao.v15n5p140-170>. Acesso em: 1 jun. 2024.

MOURA, G. D.; DALCHIAVON, A.; SCHEREN, G.; ZANIN, A. Market Competitiveness and Intangibility Level: Analysis in Brazilian Publicly Traded Companies. **Future Studies Research Journal: Trends and Strategies**, v. 11, n. 1, p. 65–83, 2019.

NASCIMENTO, Eduardo Mendes et al. Ativos intangíveis: análise do impacto do grau de intangibilidade nos indicadores de desempenho empresarial. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 31, n. 1, p. 37-52, 2012.

ORO, I. M.; KLANN, R. C. Disclosure Obrigatório de Ativos Intangíveis das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bm&FBovespa. **Pensar Contábil**, v. 17, n. 62, p. 45-54, 2015.

Otani, N., & Fialho, F. A. P. (2011). **TCC: Métodos e técnicas**. Florianópolis: Visual Books.

PEREZ, M.M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 17, n. 40, p. 7-24, 2006.

REBOUÇAS, L. DA S.; SANTIAGO, S. D. O.; RIBEIRO, A. W. DE A.; SILVA, M. N. M. DA. DISCLOSURE DE ATIVOS INTANGÍVEIS E SUA RELAÇÃO COM O VALOR DE MERCADO NO SETOR DE UTILIDADE PÚBLICA. **Caderno de Administração** , v. 27, n. 2, p. 82-97, 10 maio 2020.. Acesso em: 11 jun. 2024.

Reis, L. G., Rafael, A. B. L., Milani, B. L., & Miranda, D. R. (2016). Evidenciação dos Ativos Intangíveis pelas Empresas do Setor de Energia Elétrica: Uma Análise Comparativa com Empresas Listadas na BM&FBovespa entre 2006 e 2012. *RIC*, 10(1), 44-58.

RITTA, C. O.; CUNHA, L. C.; KLANN, R. C. Estudo sobre Causalidade entre Ativos Intangíveis e Desempenho Econômico de Empresas (2010 - 2014). **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 22, n. 2, p. 92-107, 2017.

SILVA, N.; FERREIRA, D.; MARAGNO, L. A evidenciação de ativos intangíveis nas empresas do setor de saúde da B3. In: Congresso Unisinos de Controladoria e Finanças, 4., São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: Unisinos, 2017.

SILVA SOUZA, D.; MARIO JORGE CAMPOS DOS SANTOS. VALORAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL: um esboço da produção científica. **P2P E INOVAÇÃO**, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. esp, p. 265–282, 2023. DOI: 10.21728/p2p.2023v9nesp.p265-282. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/6333>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SILVEIRA, S. K. R. SCHNORRENBERGER, D.; GASPARETTO, V.; LUNKES, R. J. Abordagens de avaliação de ativos intangíveis: uma revisão da literatura. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, [S. l.],

v. 16, n. 47, 2017. DOI: 10.16930/2237-7662/rccc.v16n47p9-25. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2258>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SOUZA, D. et al. Evidenciação dos Ativos Intangíveis pelas Empresas de Tecnologia da Informação da B3. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 19, n. 2, p. 317- 334, 2020.

SOUZA, D. et al. Ativos Intangíveis: Nível de Evidenciação pelas Empresas do Setor de Tecnologia da Informação Listadas na B3. **Congresso da USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 16., São Paulo. Anais...** São Paulo: USP, 2019.

TSAI, C.; LU, Y.; HUNG, Y.; YEN, D. Intangible assets evaluation: The machine learning perspective. **Neurocomputing**, v. 175, part A, p. 110-120, 2016.

TOLEDO, Vitor Luiz. **Nível de evidenciação de ativos intangíveis pelas empresas do setor de tecnologia da informação da B3**. 2022.

VENTURA, Ana Karoline; PACHECO, Juliane; ROVER, Suliani. Nível de comparabilidade dos ativos intangíveis das companhias brasileiras do segmento de energia elétrica listadas na B3. **RC&C. Revista de Contabilidade e Controladoria**, [S.l.], v. 10, n. 2, maio 2019. ISSN 1984-6266. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/58369/38510>>. Acesso em: 11 jun. 2024.